

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.028

ALFABETIZAÇÃO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: LEVANTAMENTO DE ESTUDOS REALIZADOS EM 2024-2025

Lorena Bischoff Trescastro¹
Gabriela Trescastro Vasquez²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo investigar temáticas abordadas em estudos sobre a alfabetização inclusiva, com ênfase no ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, realizados no período de 2024-2025, identificando tendências e contribuições. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa (Lüdke e André, 1986) e de análise de conteúdo (Bardin, 2016), fundamentado em Soares (2004, 2016, 2023) e Ferreiro (2013) no que se referem aos pressupostos da alfabetização; e na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). O estudo exploratório foi realizado na plataforma do Google Acadêmico, com a palavra-chave *alfabetização na educação especial*, a partir da qual foram identificados sessenta e dois resultados. Destes, após uso do filtro para delimitação do período, e análise de

- 1 Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pará. Professora do Curso de Licenciatura Integrada em Ciências, Matemática e Linguagens na Universidade Federal de Pará, Belém-PA, lbtrescastro@ufpa.br.
- 2 Fonoaudióloga infantil. Especialista em Educação Especial e Inclusão Socioeducacional da Universidade Federal Rural da Amazônia - PA; Especialista em Linguagem com ênfase nos distúrbios de aprendizagem e na atuação educacional na Faculdade Mozarteum de São Paulo - SP (2022); Pós-Graduada Lato Sensu em Intervenção ABA para Autismo e Deficiência Intelectual, no Centro Universitário Celso Lisboa-RJ, gabitvasks@gmail.com.

conteúdo dos títulos, objetivos e resumos foram selecionados doze trabalhos, por abordarem ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, em sua maioria artigos, para compor o corpus da pesquisa, sendo seis do ano de 2024 e seis de 2025. Os resultados apontaram para uma diversidade de temáticas abordadas: comunicação no processo de aprendizagem, métodos lúdicos, tecnologias e gamificação, práticas de alfabetização e letramento, formação de professores, legislação da educação inclusiva, com predominância de contribuições em métodos, materiais e práticas inclusivas para a alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista em espaços de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Alfabetização e letramento, Práticas educacionais.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva no Brasil tem avançado nas últimas décadas, pautada por diretrizes e declarações internacionais que buscam a universalização do acesso à educação como direito de todos, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394 (Brasil, 1996) que reverberou princípios da Declaração de Salamanca (Unesco, 1994), que ao apontar princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais, proclamou que “toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem; toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas” (Unesco, 1994, p. 1).

Ademais, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2007) repercutiu na Política Nacional e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEPEI (Brasil, 2008) e na Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Brasil, 2015). Historicamente, a legislação e a política educacional brasileira têm avançado nas discussões da inclusão, permanência e garantia de aprendizagem de todas as pessoas em todos os níveis de ensino, promovendo uma educação mais justa e equitativa. Os avanços nos dispositivos normativos e nas políticas educacionais têm produzido o aumento do acesso de estudantes com deficiência nas redes de ensino da educação básica, bem como a oferta de atendimento educacional especializado para esses estudantes.

No contexto da educação inclusiva, a alfabetização deve ser compreendida como um direito de todos, independentemente de suas condições físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) reafirma o compromisso com uma educação que valorize a diversidade e promova o acesso, a participação e a aprendizagem de estudantes com deficiência em classes comuns do ensino regular. Complementarmente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) reforça

a obrigação do Estado em garantir práticas pedagógicas inclusivas, assegurando o desenvolvimento pleno e o exercício da cidadania.

A alfabetização representa um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento educacional e social dos indivíduos, sendo especialmente desafiadora e essencial no contexto da educação inclusiva. Segundo Soares (2016, 2023), alfabetizar é mais do que ensinar a decodificação de letras e sons; trata-se de inserir o sujeito no mundo letrado, promovendo sua participação ativa na sociedade. Nessa perspectiva, Ferreiro (2013) enfatiza que o processo de aprendizagem da linguagem escrita deve considerar os conhecimentos prévios das crianças e seu papel como sujeitos construtores do saber, como partícipes de atividades próprias das culturas do escrito, rompendo com práticas mecanicistas e homogeneizadoras.

Alfabetização e letramento são concebidos como processos simultâneos e interdependentes de aprendizagem, na visão de Soares (2004, p. 14): a entrada da criança no mundo da escrita ocorre “simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização – e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento”. Como se vê, alfabetização e letramento não são processos independentes, mas interligados que ocorrem em situações de interação cotidianas na escola e fora dela. Assim, o processo de alfabetização se desenvolve nas interações sociais por meio de práticas e vivências de leitura e de escrita, isto é, através da entrada da criança na cultura escrita.

Nessa perspectiva, a alfabetização na educação inclusiva busca garantir a todos os estudantes, independentemente de suas características e necessidades específicas, acesso ao currículo e às oportunidades de aprendizagem, incluindo o ensino e a aprendizagem da leitura e da escrita para o desenvolvimento do processo de alfabetização e letramento dos sujeitos. De modo que, muitas vezes, o planejamento de ensino do professor e as práticas em sala de aula devem ser elaborados com atividades diversificadas em conformidade com as características, peculiaridades

e necessidades específicas dos estudantes da turma, incluindo aqueles com necessidades especiais ou deficiências.

Dada a importância da alfabetização no processo de desenvolvimento e escolarização infantil e o aumento de crianças atípicas nas classes de alfabetização, considera-se relevante que se realize uma investigação que busque identificar, conhecer e reunir estudos que vêm sendo realizados nos últimos dois anos acerca da alfabetização e educação inclusiva. Diante do exposto, nos propomos em realizar este artigo com o objetivo de investigar temáticas abordadas em estudos sobre a alfabetização inclusiva, com ênfase no ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, realizados no período de 2024-2025, identificando tendências e contribuições.

Nos resultados não foram encontrados estudos que se detivessem nas especificidades da alfabetização, propriamente, como aquisição do sistema de escrita alfabética, e do letramento, no que se referem às aprendizagens das linguagens em uso na educação inclusiva. De modo geral, os estudos apontaram para uma diversidade de temáticas, no contexto da alfabetização e letramento na educação inclusiva, com predominância de métodos, materiais e práticas voltadas para crianças com Transtorno do Espectro Autista em espaços de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Com isso se vê, a necessidade de se prosseguir investigando, no sentido de ampliar o recorte temporal e aprofundar novas buscas acerca da temática em questão.

Para fins de apresentação, o artigo está organizado em três seções. A primeira seção, com a introdução do trabalho, apresenta o tema, o objetivo da pesquisa, a justificativa, metodologia e os resultados de maneira sintética. Na segunda seção, é feita a descrição da metodologia da pesquisa, de cunho bibliográfico e abordagem qualitativa, em que o percurso metodológico compreendeu revisão de literatura e análise de conteúdo, mediante pesquisa digital e estudo exploratório na plataforma do Google Acadêmico. A terceira seção traz os resultados do estudo, apresentando dois quadros com a síntese de doze pesquisas realizadas acerca da temática em tela, sendo seis publicadas em 2024 e

seis em 2025. Por fim, constam as considerações finais e as referências com as fontes consultadas.

METODOLOGIA

A metodologia do estudo é de abordagem qualitativa, pois busca mostrar a perspectiva dos autores das pesquisas estudadas e faz uma análise, predominantemente, descritiva dos dados coletados (Lüdke e André, 1986). Na seleção do corpus e na análise dos dados da revisão de literatura foi empregada a metodologia de análise de conteúdo (Bardin, 2016) que tem se mostrado uma ferramenta metodológica adequada em pesquisas qualitativas na educação. Segundo Valle e Ferreira (2025, p. 1), ao se utilizar a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin, a “pesquisa almeja captar percepções e significados de forma detalhada e estruturada, alinhando-se a uma tradição consolidada na investigação qualitativa”.

No que se referem aos pressupostos da alfabetização, os fundamentos teóricos da pesquisa se baseiam nos estudos de Soares (2004, 2016, 2023) e Ferreira (2013); e, em relação à educação inclusiva na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). A pesquisa está fundamentada na problemática da alfabetização e da educação inclusiva, considerando o aumento do quantitativo de pesquisas desenvolvidas sobre a temática, dado o quantitativo de publicações em periódicos científicos, nos últimos anos. Daí, destacamos a necessidade de se conhecer esses estudos, suas tendências e contribuições.

O percurso metodológico compreendeu a revisão de literatura, mediante pesquisa digital, seguida de estudo exploratório, realizado na plataforma do Google Acadêmico com a palavra-chave *alfabetização na educação especial*, a partir da qual foram identificados sessenta e dois resultados. Desses, após uso do filtro para delimitação do período, referente a estudos publicados nos anos de 2024 e 2025, por se tratarem de estudos mais recentes, e análise de conteúdo dos títulos, objetivos

e resumos foram selecionados doze trabalhos, por abordarem ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, em sua maioria artigos e trabalhos de conclusão de curso, para compor o corpus da pesquisa, sendo seis do ano de 2024 e seis de 2025.

Na constituição do corpus da pesquisa, foram utilizados critérios de elegibilidade para a inclusão e a exclusão dos trabalhos científicos na seleção do corpus da revisão de literatura.

Os critérios usados na elegibilidade dos trabalhos para inclusão no corpus da pesquisa foram por:

- a. elegerem o tema da alfabetização e educação inclusiva em relato de casos, trabalho de conclusão de curso e/ou artigos de referência;
- b. abordarem a alfabetização na perspectiva da aprendizagem da leitura e da escrita;
- c. apresentarem textos completos com introdução, metodologia, fundamentação teórica, resultados, considerações finais e referências;
- d. estarem disponíveis em acesso aberto (*download* gratuito) em sites de periódicos ou repositórios digitais;
- e. estarem publicados no idioma português;
- f. terem sido publicados nos anos de 2024 e 2025.

Foram considerados como critérios de exclusão e, portanto, não considerados elegíveis, os trabalhos publicados que:

- a. abordaram alfabetização em outra perspectiva que não a da aprendizagem da leitura e da escrita, tais como: matemática, científica e digital;
- b. não apresentaram descrição metodológica completa (objetivos, métodos e resultados) e análise de resultados;

- c. abordaram a alfabetização e a educação inclusiva no campo da gestão.

Em suma, as etapas da revisão de literatura com abordagem qualitativa compreenderam pesquisa digital, mediante busca na plataforma do Google Acadêmico; estudo exploratório e seleção do corpus, segundo critérios de elegibilidade ou exclusão; *download* dos artigos em sites de periódicos ou repositórios digitais; análise de conteúdo dos trabalhos científicos, identificando tendências e contribuições; sistematização do corpus em tabelas, por ano de publicação (2024 e 2025); análise descritiva do corpus e discussão dos dados com base nos fundamentos teóricos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A inclusão de estudantes com deficiência no processo de alfabetização requer práticas pedagógicas que respeitem a diversidade e assegurem o direito de todos à educação. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) estabelece diretrizes para garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas comuns. Essa política afirma que a escola deve promover o desenvolvimento pleno de todos os estudantes, adotando recursos de acessibilidade, serviços de apoio e práticas pedagógicas diferenciadas.

Complementarmente, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, reafirma o direito à educação inclusiva em todos os níveis e modalidades de ensino. A lei determina que o sistema educacional deve oferecer condições adequadas para o aprendizado de estudantes com deficiência, garantindo a oferta de profissionais qualificados, o uso de tecnologias assistivas e a eliminação de barreiras atitudinais e arquitetônicas.

Dessa forma, a alfabetização na perspectiva da educação inclusiva exige um olhar atento às especificidades dos sujeitos, promovendo práti-

cas pedagógicas que considerem tanto os aspectos cognitivos quanto os sociais do processo de aprendizagem. A articulação entre os pressupostos teóricos de Soares (2004, 2016, 2023), Ferreiro (2013) e os marcos legais da educação inclusiva no Brasil reforça a necessidade de um ensino comprometido com a equidade, a participação e o respeito à diversidade.

No estudo exploratório e bibliográfico, realizado na plataforma do Google Acadêmico, com a palavra-chave alfabetização na educação especial, inicialmente foram identificados sessenta e dois resultados. Destes, após uso do filtro para delimitação do período, e análise de conteúdo dos títulos, objetivos e resumos foram selecionados doze trabalhos, por abordarem ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, em sua maioria artigos, para compor o corpus da pesquisa, sendo seis do ano de 2024 e seis de 2025.

A questão norteadora da pesquisa foi: que temáticas são abordadas em estudos sobre a alfabetização inclusiva com ênfase no ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, no período de 2024-2025? Para fins de sistematização e apresentação dos resultados da pesquisa, foram organizadas duas tabelas com os estudos selecionados dentre os publicados em 2024 e 2025, respectivamente.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma modalidade de ensino que integra a proposta da educação inclusiva no Brasil. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o AEE é um serviço complementar e/ou suplementar à escolarização, voltado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, com o objetivo de promover sua plena participação, autonomia e aprendizado no contexto da escola comum.

Tabela 1 - Estudos publicados em 2024

Nº	Título	Autores	Fonte
1	O Núcleo de Atendimento Educacional Especializado - NATEE: uma experiência de alfabetização de alunos com TEA	Velasco; Santos	Revista Comunicação Universitária, Belém - PA, v.1, p.1-22, jan./dez., 2024.
2	LetraMundo: Um jogo sério para alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambiente escolar	Silva; Santos; Cunha	Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, Porto Alegre: SBC. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/sbie/article/view/31436
3	A educação de surdos e a proposta de alfabetização fônica: discursos e controvérsias na proposta de um Plano Nacional de Alfabetização (PNA)	Silva; Gomes	Revista Educação Especial, Santa Maria - RS, v. 37, n.1, p.1-25, 2024.
4	Parcerias estratégicas para a inclusão no toque: a importância dos materiais táteis para o desenvolvimento do aluno com deficiência visual	Ribeiro	Anais da 16ª Jornada Científica e tecnológica, UFSULDEMINAS. Disponível em: https://josif.ifsulde Minas.edu.br/ojs/index.php/anais/article/view/2576
5	A contribuição da gamificação no processo de alfabetização e letramento: uma perspectiva inclusiva	Santos; Leonardo; Souza; Teixeira	Revista Diálogos Interdisciplinares, Aquidauana - MS, v. 2, n. 16, p. 561- 581, 2024.
6	Inclusão escolar e a alfabetização e letramento dos alunos com transtorno do espectro autista	Vieira; Gomes	Revista Diálogos Interdisciplinares, Aquidauana - MS, v. 4, n. 16, p. 13-37, 2024.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Dentre as temáticas abordadas nos estudos publicados em 2024, selecionados para compor o corpus deste trabalho, destacam-se experiências de alfabetização no Núcleo de Atendimento Educacional Especializado que teve por objetivo “refletir a partir das fichas de devolução sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas, tendo como foco o processo de alfabetização de crianças com TEA realizado pelo NATEE em 2019” (Velasco; Santos, 2024). Para Velasco e Santos (2024, p. 1), “os resultados indicam que a aquisição da leitura e da escrita pelos alunos ocorre de forma evolutiva, com progresso acadêmico gradual a curto, médio e longo prazo”. Além disso, o estudo destacou “a necessidade de políticas públicas que garantam o acesso e a permanência dos alunos em espaços que promo-

vam a estimulação precoce e adequada, favorecendo o desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita” (Velasco; Santos, 2024, p. 1).

O atendimento educacional especializado não substitui o ensino regular. O AEE deve ocorrer no contraturno escolar e ser ofertado preferencialmente nas salas de recursos multifuncionais, onde os estudantes recebem apoio especializado para o desenvolvimento de habilidades específicas, uso de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, além de adaptações curriculares que favoreçam sua inclusão e aprendizado, conforme previsto na legislação brasileira:

O atendimento educacional especializado AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. Consideram-se serviços e recursos da educação especial àqueles que asseguram condições de acesso ao currículo por meio da promoção da acessibilidade aos materiais didáticos, aos espaços e equipamentos, aos sistemas de comunicação e informação e ao conjunto das atividades escolares (Brasil, 2008).

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), o AEE deve ser oferecido em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, de forma articulada com o projeto pedagógico da escola. Essa lei reforça a obrigatoriedade de garantir o direito à educação em igualdade de condições, com o fornecimento de recursos e serviços que eliminem barreiras e promovam a participação efetiva dos estudantes com deficiência. A atuação do professor do AEE deve ser pautada por um conhecimento aprofundado sobre as necessidades educacionais dos estudantes, bem como sobre os recursos pedagógicos e tecnológicos que favorecem o acesso ao currículo. Além disso, o AEE envolve o planejamento de ações pedagógicas individualizadas e colaborativas, em parceria com os professores do ensino comum, favorecendo a construção de um ambiente escolar inclusivo, equitativo e acessível a todos.

Na perspectiva do letramento no atendimento educacional especializado, na tabela 2, há um estudo com o objetivo de “analisar como as práticas de alfabetização e letramento são possibilitados no Atendimento Educacional Especializado” (Padilha; Fonseca, 2025). Segundo Soares (2016), a alfabetização deve ser compreendida em uma dupla dimensão: como aquisição do sistema alfabético de escrita e como letramento, ou seja, a inserção do sujeito nas práticas sociais mediadas pela linguagem escrita. Essa perspectiva reforça que o ato de alfabetizar não se limita à memorização de letras ou sílabas, mas envolve a construção de sentido, o desenvolvimento da consciência fonológica e a apropriação da leitura e escrita como ferramentas de participação social.

Quanto às propostas de alfabetização, um estudo analisa de “forma crítica e discursiva a proposta de alfabetização fônica e sua inclusão em um Plano Nacional de Alfabetização idealizado por Capovilla (2020)” (Silva; Gomes, 2024). Os resultados, apresentados no estudo de Silva; Gomes (2024), mostram diferentes visões sobre alfabetização e/ou letramentos com as divergências entre as propostas de alfabetização fônica e de outras tendências ligadas à alfabetização e ao letramento na educação de modo geral e na educação de surdos.

Com foco na pré-alfabetização, o artigo traz uma descrição de como ferramentas da Tecnologia 3D, em conjunto com livros em Braille e materiais táteis variados, promoveram avanços significativos no processo de aprendizagem e inclusão do aluno na educação infantil, o trabalho outro “apresenta um relato de experiência sobre o uso de tecnologias 3D e materiais tátil sensoriais no desenvolvimento do aluno, diagnosticado com deficiência visual, no percurso do Pré 1 para o Pré 2” (Ribeiro, 2024).

Como se vê, esses estudos estão embasados na alfabetização, entendida como um processo que ultrapassa a simples decodificação de letras e sons, é um direito fundamental de todos os indivíduos em que o uso de tecnologias, conforme proposto no artigo pode favorecer o processo de alfabetização em uma perspectiva inclusiva. Conforme preconiza a Declaração de Salamanca, “tecnologia apropriada e viável deveria ser

usada quando necessário para aprimorar a taxa de sucesso no currículo da escola e para ajudar na comunicação, mobilidade e aprendizagem” (Unesco, 1994, p. 7).

A comunicação de estudantes no processo de alfabetização foi abordada no primeiro artigo apresentado na Tabela 2, cujo objetivo foi “discutir a dimensão comunicacional envolvida no processo de aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial em sua relação com o currículo escolar a partir do contexto que envolve pessoas não alfabetizadas em etapas avançadas da escolarização” (Correia; Baptista, 2025). Esse estudo indicou que “a aquisição de uma língua tem sido considerada condição prévia para a aprendizagem dos conteúdos escolares, assim como identificou a tendência de não se considerar a relação estruturante entre os comportamentos individuais e os contextos de interação” (Correia; Baptista, 2025, s.p.). A “palavra-imagem” foi explorada, pelos autores, como possibilidade didática de integrar diferentes formas de comunicação no processo de alfabetização, enfatizando o papel das experiências corporais e das emoções nas aprendizagens.

Segundo Ferreiro (2013, p. 447), para essa geração que usa frequentemente os dispositivos digitais para se comunicar “o verbo comunicar já não remete, de maneira espontânea, à escrita sobre o papel”. Este tema é relevante uma vez que o processo de ensino e aprendizagem requer que os processos de comunicação ocorram entre os estudantes e destes como os educadores. De modo que a atenção devida aos processos comunicacionais e as tecnologias na educação inclusiva são pertinentes. Ademais, tem-se que identificar as possibilidades e limitações na comunicação de cada estudante, dada as especificidades das deficiências, bem como os usos sociais que os estudantes, normalmente, fazem da comunicação e dos recursos digitais.

Tabela 2 – Estudos publicados em 2025

Nº	Título	Autores	Fonte
1	Inclusão escolar e comunicação: percepções acerca da aprendizagem (que sempre acontece)	Correia; Baptista	Cadernos de Pesquisa, São Luís - MA, v. 32, n. 1, p. 1-27, jan./mar. 2025
2	A importância do professor na alfabetização lúdica para a educação especial	Sá; Souza	Revista Acadêmica da Lusofonia, Curitiba - PA, v. 2, n. 6, p. 1-11, 2025.
3	Práticas de letramento no atendimento educacional especializado: reflexões sobre as tensões, desafios e conquistas da docência	Padilha; Fonseca	Revista Diálogos Interdisciplinares, Aquidauana - MS, v. 1, n. 17, p. 170-192, 2025.
4	“O que Será?” Atividades de Estimulação Sensorial no Desenvolvimento da Criança Cega	Lavor; Ferreira	Anais Estendidos do Seminário de Educação. Porto Alegre: SBC. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/s_emi_edu_estendido/article/view/32582
5	Diretrizes para o uso de aplicativos de leitura e escrita para alunos com Deficiência Intelectual	Simon; Pavão	Revista Educação Especial, Santa Maria - RS, v. 38, n.1, p.1-6, 2025.
6	O transtorno do espectro autista (TEA): impactos da legislação para uma prática pedagógica inclusiva	Melo	Repositório da UFAM. TCC: artigo. 2024. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/handle/pr_efix/8604

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

Em relação às metodologias de alfabetização de crianças, dois estudos, apresentados na Tabela 1, trataram sobre aspectos lúdicos com a contribuição de jogos e da gamificação no processo de alfabetização de crianças. O trabalho sobre o jogo *LetraMundo* “apresenta o desenvolvimento de uma aplicação web de Jogos Sérios (JS) de alfabetização direcionada às crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) para auxiliar a educação especial e promover a inclusão social no ambiente educacional” (Silva; Santos; Cunha, 2024). A proposta, cujo protótipo foi testado por profissionais da educação especial, combina elementos lúdicos com metas educacionais específicas, proporcionando uma experiência adaptativa e personalizada de aprendizado. Segundo Silva, Santo e Cunha (2024, p. 2745), “os resultados preliminares apontaram a necessidade de uma redistribuição nos níveis e criação de atividades que auxiliem no ensino de grafemas”.

Quanto ao uso de tecnologias na educação inclusiva, outro trabalho explora “a contribuição da gamificação no processo de alfabetização e letramento na perspectiva da educação inclusiva, apresentando exemplos práticos de aplicação, desafios e impactos da gamificação no processo de aprendizagem” (Santos; Leonardo; Souza; Teixeira, 2024). Esse estudo evidencia que a gamificação potencializa a motivação e o envolvimento dos educandos na realização de atividades que favorecem o processo de ensino-aprendizagem, tornando as aulas mais interativas. No entanto, os autores ponderam que

a gamificação deve ser utilizada de maneira equilibrada, complementando outras estratégias pedagógicas e não substituindo métodos tradicionais. Quando bem integrada, ela oferece uma forma lúdica e eficiente de facilitar o aprendizado da leitura e escrita, promovendo um maior engajamento dos alunos e melhorando seus resultados (Santos; Leonardo; Souza; Teixeira, 2024, p. 566).

Na mesma perspectiva, na tabela 2, são mostrados três artigos que focalizam a ludicidade na educação inclusiva, um artigo “traz alguns pensamentos sobre a importância do professor no processo de alfabetização através da ludicidade para crianças especiais, onde as mesmas necessitam de um processo mais prazeroso e oportunizando essas crianças a se descobrirem e dando valor as próprias construções dentro do processo de ensino-aprendizagem” (Sá; Souza, 2025). O outro traz um relato de experiência que busca compreender as relações entre a estimulação essencial e a alfabetização de crianças cegas com o objetivo “discutir aspectos da estimulação sensorial e sua importância no desenvolvimento da criança cega” (Lavor; Ferreira, 2025). Esse trabalho focaliza uma atividade de estimulação sensorial (O que será?), desenvolvida com uma criança cega congênita de 7 anos de idade, voltada ao desenvolvimento de habilidades motoras e de identificação de alimentos (frutas *in natura*).

O terceiro artigo mencionado apresenta “diretrizes para o uso de aplicativos, considerando o nível de leitura e escrita dos sujeitos com deficiência intelectual” (Simon; Pavão, 2025). Os autores analisam doze aplicativos,

sendo três de cada nível de leitura e escrita, nos quais foram observados aspectos pedagógicos e técnicos dos aplicativos, considerando requisitos de cada nível. Como resultados, foram apontadas diretrizes para o uso de aplicativos de leitura e escrita. Esses três últimos estudos potencializam, na educação inclusiva, o papel de atividades lúdicas e diversificadas no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita.

Como se vê, as especificidades da alfabetização voltada para crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA foram abordadas em três dos seis estudos, mostrados na Tabela 1, nos N^{os} 1, 2 e 6. A pesquisa, deste último, teve por “objetivo geral investigar como acontece o processo de alfabetização e letramento da criança com Transtorno do Espectro Autista e como objetivo específico identificar os métodos e estratégias utilizados (Vieira; Gomes, 2024). Na tabela 2, com os estudos publicados em 2025, também há um artigo teve por objetivo “investigar a legislação de Educação Inclusiva pertinente ao Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas implicações para uma prática pedagógica democrática” (Melo, 2025).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento caracterizado por déficits no comportamento e na comunicação/interação social (American Psychiatric Association, 2022). De fato, o aumento do número de crianças com TEA matriculadas em classes de alfabetização tendo em vista uma educação inclusiva requer a compreensão por parte dos docentes de concepções de alfabetização, recursos e métodos voltados para esses sujeitos (Pereira; Camargo, 2024).

Conforme a Declaração de Salamanca, “inclusão e participação são essenciais à dignidade humana e ao desfrute e exercício dos direitos humanos. Dentro do campo da educação, isto se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram promover a genuína equalização de oportunidades” (Unesco, 1994, p. 5). Os estudos aqui apresentados buscam investigar diferentes abordagens na educação inclusiva tendo em vista a participação, dignidade dos sujeitos e equidade na educação como direito de todos.

De modo geral, sem tratar as especificidades da aquisição da língua escrita, referente à alfabetização, e as práticas sociais de uso das linguagens por estudantes com deficiências, na educação inclusiva, os resultados apontaram para uma diversidade de temáticas abordadas: comunicação no processo de aprendizagem, métodos lúdicos, tecnologias e gamificação, práticas de alfabetização e letramento, formação de professores, legislação da educação inclusiva, com predominância de contribuições em métodos, materiais e práticas inclusivas para a alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista em espaços de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por objetivo investigar temáticas abordadas em estudos sobre a alfabetização inclusiva, com ênfase no ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, realizados no período de 2024-2025, identificando tendências e contribuições. Dentre as tendências observadas na amostra de doze artigos selecionados, pode-se destacar as seguintes contribuições:

- predominância da abordagem da alfabetização na perspectiva do letramento na educação inclusiva;
- busca por investigar práticas pedagógicas que atendam, de forma equitativa e eficaz, às necessidades de todos os estudantes;
- importância do professor e da sua formação na elaboração de propostas que favoreçam a inclusão no processo de alfabetização e letramento;
- uso de tecnologias, aplicativos, dispositivos e recursos digitais nas atividades educativas como forma de favorecer à comunicação e à inclusão;

- realização de pesquisas de métodos, materiais e práticas inclusivas para a alfabetização e letramento de crianças com Transtorno do Espectro Autista;
- estudos que abordaram o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como uma modalidade de ensino que integra a proposta da educação inclusiva no Brasil;
- ênfase em atividades lúdicas, gamificação e jogos na alfabetização de crianças com diferentes necessidades especiais, tais como crianças cegas, com deficiência intelectual, deficiência visual e TEA (Transtorno do Espectro Autista).

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. Trad. Maria Inês Corrêa Nascimento *et al.* 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016

BRASIL. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 6.571** de 18 de setembro de 2008. Estabelece Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado – AEE na educação básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=428-diretrizes-publicacao&Itemid=30192. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília - DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Estatuto da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 mar. 2025.

CORREIA, Gilvane Belem; BAPTISTA, Claudio Roberto. Inclusão escolar e comunicação: percepções acerca da aprendizagem (que sempre acontece). **Cadernos de Pesquisa**, São Luís - MA, v. 32, n. 1, p. 1-27, jan./mar. 2025. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/25265>. Acesso em: 10 abr. 2025.

FERREIRO, Emilia. **O ingresso na escrita e nas culturas do escrito**: seleção de textos de pesquisa. Trad. Rosana Malerba. São Paulo: Cortez, 2013.

LAVOR, Zayre Almeida de; FERREIRA, Márcia dos Santos. “O que Será?” Atividades de Estimulação Sensorial no Desenvolvimento da Criança Cega. In: **Anais Estendidos do Seminário de Educação**. Porto Alegre: SBC. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu_estendido/article/view/32582. Acesso em: 09 abr. 2025.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MELO, Pedro Henrique Silva de Souza. O transtorno do espectro autista (TEA): impactos da legislação para uma prática pedagógica inclusiva. **Repositório da UFAM**. TCC: artigo. 2024. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/8604>. Acesso em: 10 abr. 2025.

RIBEIRO, Maira Fernanda. Parcerias estratégicas para a inclusão no toque: a importância dos materiais táteis para o desenvolvimento do aluno com deficiência visual. In: **Anais da 16ª Jornada Científica e tecnológica**, UFSULDEMINAS. Disponível em: <https://josif.ifsuldeminas.edu.br/ojs/index.php/anais/article/view/2576>. Acesso em: 10 dez. 2024.

SÁ, Elisângela Santos da Silva; SOUZA, Bruna Rafaela Silva de. A importância do professor na alfabetização lúdica para a educação especial. **Revista Acadêmica da Lusofonia**, Curitiba - PA, v. 2, n. 6, p. 1-11, 2025. Disponível em: <https://revistaacademicadalusofonia.com/index.php/lusofonia/article/view/97>. Acesso em: 10 abr. 2025.

SIMON, Karolina Waechter; PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira. Diretrizes para o uso de aplicativos de leitura e escrita para alunos com Deficiência Intelectual. In: **Revista Educação Especial**, Santa Maria - RS, v. 38, n.1, p.1-6, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/86242>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SANTOS, Elda Silva; LEONARDO, Emmilly Santos Araújo; SOUZA, Wagner Ramos de; TEIXEIRA, Lovania Roehrig. A contribuição da gamificação no processo de alfabetização e letramento: uma perspectiva inclusiva. In: **Revista Diálogos Interdisciplinares**, Aquidauana - MS, v. 2, n. 16, p. 561- 581, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22455>. Acesso em: 20 dez. 2024.

SILVA, Arthur H. S.; SANTOS, Pedro H.; CUNHA, Mônica X. C. LetraMundo: Um jogo sério para alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambiente escolar. In: **Anais do Simpósio Brasileiro de Informática na Educação**, Porto Alegre: SBC. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/sbie/article/view/31436>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SILVA, Cleuzilaine Vieira; GOMES, Maria de Fátima Cardoso. A educação de surdos e a proposta de alfabetização fônica: discursos e controvérsias na proposta de um Plano Nacional de Alfabetização (PNA). In: **Revista Educação Especial**, Santa Maria - RS, v. 37, n.1, p.1-25, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/69807>. Acesso em: 09 abr. 2025.

SOARES, Magda. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. 6 reimp. São Paulo: Contexto, 2023.

SOARES, Magda. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, Magda. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 25, p. 5-17, jan-abr. 2004.

PADILHA, Catarina; FONSECA, Janete Rosa da. Práticas de letramento no atendimento educacional especializado: reflexões sobre as tensões, desafios e conquistas da docência. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, Aquidauana - MS,

v. 1, n. 17, p. 170-192, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/2267>. Acesso em: 12 abr. 2025.

PEREIRA, Júlia Victoria Casalinho; CAMARGO, Sígla Pimentel Höher. Alfabetização e letramento de crianças com autismo: uma revisão bibliográfica acerca da implementação do plano educacional individualizado (PEI). **Anais do XXVI ENPÓS – Encontro de Pós-graduação**. 10^a. Semana Integrada UFPEL, Pelotas, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/14750/ALFABETIZA%C3%87%C3%83O%20E%20LETRAMENTO%20DE%20CRIAN%C3%87AS%20COM%20AUTISMO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 abr. 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. UNESCO, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2025.

VALLE, Paulo Roberto Dalla; FERREIRA, Jacques de Lima. Análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação. In: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 41, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/hhywJFvh7ysP5rGPn3QRFWf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 abr. 2025.

VELASCO, Marinete de Nazaré dos Santos; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. O Núcleo de Atendimento Educacional Especializado – NATEE: uma experiência de alfabetização de alunos com TEA. In: **Revista Comunicação Universitária**, Belém - PA, v.1, p.1-22, jan./dez., 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/comun/article/view/9640>. Acesso em: 09 abr. 2025.

VIEIRA, Eva Vanessa Batista; GOMES, Vera Lucia. Inclusão escolar e a alfabetização e letramento dos alunos com transtorno do espectro autista. In: **Revista Diálogos Interdisciplinares**, Aquidauana – MS, v. 4, n. 16, p. 13- 37, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22320>. Acesso em: 10 abr. 2025.